

Razão Prática e Motivação Moral: Análise de Argumentos Contra o Internalismo

Practical Reason and Moral Motivation: Analysis of Arguments Against Internalism

Rafael Martins
University of Kansas

Resumo: Em *The Moral problem* (1994), Michael Smith procura conectar três teorias conflitantes que sozinhas apresentam-se como intuitivamente plausíveis, entretanto, juntas parecem não funcionar muito bem. A primeira propõe que juízos morais são crenças em fatos objetivos. A segunda estabelece o conceito de exigência prática. A última teoria defende a psicologia humana baseada no sistema crença-desejo, ou seja, se um juízo moral é suficiente para explicar as ações, então ele deve envolver um desejo. Sendo assim, um juízo moral não pode expressar um estado mental apenas cognitivo. Para Smith, qualquer tentativa de resolver o problema moral precisa encontrar uma maneira de sustentar as três doutrinas conjuntamente. Argumentarei que sua solução apoia-se em duas falsas suposições. A primeira, de natureza racionalista, sustenta que aquilo que temos razão para fazer é o que desejaríamos fazer se fôssemos integralmente racionais. A segunda suposição é a tese internalista sobre motivação moral de acordo com a qual uma pessoa que acredita ser moralmente exigida a desempenhar determinada ação é necessariamente motivada a fazê-la ou ela é irracional do ponto de vista prático. Basearei minha crítica em quatro objeções levantadas por Copp, Miller, Shafer-Landau, Brink e Sayre-McCord.

Palavras-chave: metaética, razão, motivação

Abstract: In *The moral problem* (1994), Michael Smith tries to link three conflicting theories that alone are intuitively plausible, nevertheless, they do not seem to work well together. The first proposes that moral judgments are in fact beliefs about objective matters. The second states the concept of

“practicality requirement”. The third is a humean belief-desire psychology, i.e. if a moral judgment is sufficient to explain actions, then it must involve a desire. If that is the case, it cannot be simply a belief. For Smith, any attempt to solve the moral problem must find a way to hold all three doctrines. I will argue that his solution rests on two false assumptions. The first, a rationalist one which supports that what we have reason to do is what we would desire to do if we were fully rational. The second is the internalist thesis about moral motivation according to which a person who believes she is morally required to do something is either necessarily motivated to do it or she is practically irrational. I will base my critics on four objections raised by Copp, Miller, Shafer-Landau, Brink and Sayre-McCord.

Keywords: metaethics, reason, motivation

I) Introdução

Em contraste com as perspectivas internalistas sobre a motivação moral, argumentarei que o exercício da deliberação moral e o correspondente estado mental motivador possuem uma relação de natureza contingente. Por isso, apresentarei algumas críticas à tese internalista de Michael Smith (1994, 2004 e 2008) com o objetivo de mostrar que ela se apoia em duas falsas suposições: a primeira, de natureza racionalista, sustenta que aquilo que temos razão para fazer é o que desejaríamos fazer se fôssemos maximamente racionais. A segunda suposição é a tese de que uma pessoa que acredita ser moralmente exigida a executar determinada ação é necessariamente motivada ou ela é irracional do ponto de vista prático. Para colaborar com a refutação do internalismo motivacional cognitivista, discutirei algumas evidências – Roskies (2003) sobre pacientes com danos no lobo frontal ventromedial e Nichols (2002) sobre platitudes acerca de criminosos psicopatas – que buscam demonstrar a partir de contra-exemplos reais que a moralidade não é conceitualmente interna à racionalidade. Contudo, as evidências compartilhadas por Roskies e Nichols não são conclusivas. Portanto, defenderei que elas ainda demandam um refinamento mais específico no sentido semântico e normativo para que se constituam em contra-exemplos externalistas efetivos ao internalismo de Smith.

As teorias que procuram explicar o significado dos juízos morais trazem consigo, entre outras questões, o problema da motivação moral. Atualmente, muito se discute sobre o mecanismo

mental e o formato semântico da linguagem moral. Entretanto, qualquer concepção resultante será dependente do reconhecimento ou negação de que este tipo de juízo apresenta uma capacidade motivadora intrínseca.

Na década de 1990 o debate metaético sobre motivação moral ainda não incorporava fontes de informação empírica e por isso desenvolveu-se apenas no interior de fronteiras conceituais. Mas nos últimos dez anos notamos um crescimento do número de pesquisas de caráter experimental que fornecem novas informações e evidências sobre o funcionamento do cérebro e da linguagem moral empregada em situações hipotéticas.

Entre as várias teorias motivacionais de caráter internalista, a perspectiva de Smith (1994, 2004 e 2008) tem sido a principal tese desafiada pelos externalistas, já que é considerada a mais plausível¹. O modelo explanatório empregado por Smith enfatiza o desempenho dos estados mentais denominados *crença* e *desejo*; sendo o internalismo apenas uma posição segundo a qual os juízos morais são intrinsecamente motivadores. Em outras palavras, os juízos morais expressam crenças que possuem alguma conexão conceitual interna e necessária com um desejo ou estado mental motivador.

Inversamente, o externalismo atesta que a motivação depende de fatores externos à crença moral (fornecidos por teorias sobre o conteúdo da moralidade, teorias substanciais sobre razões para agir e teorias sobre a racionalidade) e, por isso, a conexão entre ela e um segundo estado mental motivador torna-se contingente (Brink 1989, p. 75-79). É importante lembrar que estas duas perspectivas apresentam uma diferença fundamental em relação à racionalidade das ações morais. Para os externalistas, a moralidade não é conceitualmente interna à racionalidade, ou seja, alguns princípios do raciocínio prático

¹ É preciso esclarecer que o internalismo motivacional (em qualquer de suas variedades) pode integrar indiscriminadamente teorias metaéticas cognitivistas, como também não-cognitivistas. É muito provável que teorias não-cognitivistas, como o emotivismo, por exemplo, possam não apresentar o problema que trato aqui. Além disso, teorias intermediárias onde a noção de juízo moral engloba elementos cognitivos e emocionais podem trazer importantes contribuições para a explicação da motivação moral. Não obstante à plausibilidade destas alternativas, meu objetivo é apenas avaliar o problema da motivação moral relacionado ao internalismo cognitivista. Sendo assim, penso que a teoria de Smith é uma das melhores que temos à disposição, pois me parece a mais completa e com suficiente número de respostas às críticas recebidas até o momento.

não são necessariamente simétricos a determinados princípios morais. Por isso aquele que acredita ser moralmente exigido a executar uma ação e, entretanto, não se sente motivado a agir de acordo, pode apresentar-se como um indivíduo racional e linguisticamente competente, já que nem sempre uma falha moral é uma falha racional.

Parece trivial afirmar que as pessoas, quando defendem convicções morais, estão necessariamente motivadas a agir de acordo. Mas penso que o internalismo não é capaz de explicar por que um indivíduo opta por satisfazer outros desejos ou age determinado por certos estados mentais que, neste caso, não estão apropriadamente conectados às crenças expressas pelos seus juízos morais relevantes. Por isso, embora ainda não existam provas conclusivas, pretendo apontar alguns indícios de que o exercício da deliberação moral e o estado mental motivador possuem uma relação de natureza contingente, tornando a motivação uma questão *a posteriori*.

Minha apreciação da perspectiva internalista será composta de três partes. Primeiramente, no item II apresentarei a versão mais resistente do internalismo de Smith. Depois, veremos que as críticas mais robustas ao internalismo – Copp & Sobel (2001) contra a metáfora das direções de ajuste, Sayre-McCord (1997) sobre a inobservância do livre transporte da coerência epistemológica para o conjunto de desejos e Brink (1989) sobre o desafio amoralista – afirmam que a solução proposta por Smith apoia-se em duas falsas suposições. A primeira, de natureza racionalista, sustenta que aquilo que temos razão para fazer é o que desejaríamos fazer se fôssemos maximamente racionais. A segunda suposição é a tese de que uma pessoa que acredita ser moralmente exigida a desempenhar determinada ação é necessariamente motivada ou ela é irracional do ponto de vista prático.

Entretanto, mesmo após esta bateria de ataques, o internalismo ainda é francamente defendido e visto como uma posição atraente. Por que isto acontece? Para responder esta questão discutirei no item III algumas evidências – Roskies (2003) sobre pacientes com danos no lobo frontal ventromedial e Nichols (2002) sobre platitudes acerca de criminosos psicopatas – que, paralelamente às críticas citadas no item anterior, buscam demonstrar a partir de contra-exemplos reais que a moralidade não é conceitualmente interna à racionalidade. Em outras palavras, estas pesquisas esperam encontrar provas empíricas para

afirmar que tal conexão existe, mas é contingente e *a posteriori*, já que nem sempre ser um agente racional e emitir juízos morais legítimos implica em estar correspondentemente motivado a agir de acordo com os princípios morais que se sustenta.

Contudo, veremos que as evidências compartilhadas por Roskies e Nichols não são conclusivas. Elas ainda demandam um direcionamento semântico e normativo mais específico para que se constituam em contra-exemplos efetivos ao internalismo de Smith. Portanto, a base de argumentação em favor do externalismo continua dependente do refinamento das evidências.

II) O Internalismo de Michael Smith

Em *The Moral problem* (1994), Smith procura conectar três teorias conflitantes, que sozinhas apresentam-se como intuitivamente plausíveis, entretanto, juntas parecem não funcionar muito bem. A primeira propõe que os juízos morais são crenças em fatos objetivos (intuição de que há uma instância externa independente da mente que confere valor de verdade aos juízos morais). A segunda estabelece o conceito de exigência prática (sensação interna de constrangimento que confere força motivadora ao juízo moral). A última teoria defende a psicologia humiana baseada no sistema crença-desejo, ou seja, se um juízo moral é suficiente para explicar a motivação, então ele deve envolver um desejo. Sendo assim, um juízo moral não pode expressar um estado mental apenas cognitivo. Portanto, para Smith, qualquer tentativa de resolver o problema moral precisa encontrar uma maneira de sustentar as três doutrinas conjuntamente:

- 1) Juízos morais expressam crenças em fatos objetivos sobre o que é correto fazer. (cognitivismo)
- 2) Juízos morais possuem uma conexão necessária com a motivação. Se alguém julga ser correto fazer X, então esse alguém está motivado a fazer X. (internalismo)
- 3) O agente estará motivado para agir apenas no caso em que apresentar um desejo apropriado e uma crença meio-fim. A motivação depende do ajuste (conexão) entre crenças e desejos. Nos termos de Hume, eles são existências distintas. O desejo, acoplado a uma crença,

seria preponderante na motivação moral. (SMITH, 1994, pp. 12, 126, 184).

Para entender a discrepância entre as teses, pensemos num indivíduo que acredite no seguinte juízo moral: “é correto que eu faça X”. De acordo com o internalismo, ele estaria igualmente motivado a agir de acordo. Mas, para isso a tese humiana afirma que este juízo precisa ser acompanhado de um desejo. Entretanto, este desejo pode não ocorrer. Logo, é preciso explicar como uma proposição moral pode envolver atividades mentais de caráter aparentemente oposto. A solução proposta por Smith se apoiará no racionalismo conceitual. A tese que, segundo ele, melhor captura o internalismo:

RC: É conceitualmente necessário que se um agente julga que ele é moralmente exigido a realizar a ação X na circunstância Y, então ele será igualmente motivado a realizar X na circunstância Y, ou ele é irracional do ponto de vista prático².

Smith acredita que “as exigências morais podem ser reduzidas às exigências racionais” (1994, p. 96). Por isso, ele conclui que a ruptura da conexão entre a crença e o desejo correspondente, ou seja, um agente que acredita que desejaria *p* se dispusesse de um conjunto de estados mentais maximamente unificado e coerente e, entretanto não possui o desejo de que *p*, constitui um exemplo de irracionalidade prática (SMITH, 2008, p. 214).

Apesar de a perspectiva humiana atestar que a crença e o desejo são estados psicológicos distintos e independentes, Smith assume que a conexão entre o juízo moral e a motivação é algo interno ao juízo. Ele afirma que “a exigência prática deve funcionar como um constrangimento *a priori* sobre que tipo de crença pode contar como um juízo moral. A conexão entre o juízo e a motivação deve ser sustentada em função do conteúdo deste juízo em si mesmo.” (SMITH, 2008, p. 210).

² Segundo esta tese, aquele que falha em estar motivado a agir da forma que racionalmente propõe a si mesmo apresenta uma forma de irracionalidade prática. Smith caracteriza a irracionalidade prática como sujeição a “influências desnordeadoras da fraqueza de vontade” (1994, p. 61) em função de “compulsões psicológicas, vícios físicos, distúrbios emocionais, depressão, cansaço mental e doenças” (idem, p. 154)

Smith também afirma que o desejo é mentalmente causado ou produzido pela crença a que se chegou através da deliberação racional (1994, p. 179). De modo que o desejo que um agente deveria ter é o desejo que ele teria se ele fosse maximamente racional. As exigências morais são, portanto, o resultado da correta conexão entre uma crença e um desejo. Assim, a falha na coerência entre as crenças e os desejos seria uma falha de racionalidade prática, já que o agente apresentaria uma falha em desejar algo que ele próprio acredita que deveria desejar se fosse maximamente racional.

No entanto, muitas vezes a incoerência ou contradição não é acessível ao agente por diversos motivos. Alguém pode falhar em desejar agir de acordo com um juízo moral gerado em condições maximamente racionais e não ser irracional, mesmo acreditando que teria o desejo se fosse maximamente racional. O agente, neste caso, pode não ter consciência da falha na conexão. Mas, mesmo que tivesse, penso que não veríamos grandes mudanças nesse quadro. Até porque é comum encontrarmos casos onde o agente reconhece uma exigência como moralmente significativa, mas não se sensibiliza o suficiente para estar motivado. As próximas seções procuram estender a compreensão sobre por que isto acontece.

a) Contra as direções de ajuste

Embora, diversas vezes, Smith sustente que o fator motivacional é algo interno ao juízo moral, ele geralmente trabalha com a concepção de que a motivação moral é o resultado da integração de dois estados mentais que podemos distinguir pelas diferentes formas de dependência contrafactual que exibem. Se um

agente possui uma crença de que p e um desejo de que p no momento de uma percepção de que $\neg p$, a crença de que p tende a desaparecer, enquanto que o desejo de que p pode muito bem persistir (SMITH, 1994, p. 115).

Como lembram Copp & Sobel (2001), Smith distingue entre um *estado mental prévio* do agente (que pode ser tanto uma crença de que p , quanto um desejo de que p) e um *novo estado introduzido* (a percepção com conteúdo de que $\neg p$). Assim, o que torna um estado mental prévio uma crença ou um desejo é a sua tendência em permanecer ou desaparecer frente ao estado mental introduzido.

Há duas objeções possíveis de serem levantadas sobre este ponto. Primeiramente, devemos perguntar: no que consiste o estado mental introduzido? Se, por um lado, este novo estado mental for uma crença, a explicação está pressupondo a própria diferença que pretende explicar. Se inversamente, o estado mental introduzido for um desejo, não há nada mais trivial do que um agente possuir desejos conflitantes.

Além disso, seja qual for a natureza ou o conteúdo do estado mental introduzido, não há nenhuma necessidade racional de que a crença ou o desejo previamente sustentados devam se dissipar. Penso que conforme nossas intuições mais comuns sobre as operações racionais, nem sempre uma percepção com conteúdo $\neg p$ é um bom motivo para mudarmos instantaneamente nossa crença de que p . Exatamente porque muitas das crenças que sustentamos são de natureza indutiva ou inferencial, o ajuste entre estas crenças e a experiência da qual derivam nem sempre é instantâneo. Nossas crenças e desejos são em alguma medida revisáveis, mas para isso precisamos de experiências sucessivas e tempo de reflexão.

A cautela com que fazemos esta revisão nos mostra que nem sempre é racional abandonar uma crença ou um desejo a partir de uma primeira impressão contrária. Portanto o modo como as pessoas admitem ou rejeitam suas crenças e desejos não se encaixa no modelo proposto por Smith. Seria mais adequado se a diferença que estes estados mentais mantêm com relação ao mundo e entre si mesmos fosse colocada em termos de suas diferenças não-normativas/descritivas segundo um projeto de definição extensional.

b) Falhas de coerência entre crenças e desejos

Para os internalistas, a conexão interior entre a crença e a motivação provê a coerência entre a visão moral do agente e suas ações. Logo, se uma pessoa acredita que a ação X é a mais correta, é de se esperar que ela esteja motivada a desempenhar tal ação. Caso contrário, ela estaria agindo de forma incoerente em relação as suas próprias crenças e por isso, segundo Smith, seria moralmente irracional. Desta forma o internalismo procura garantir, através da noção de racionalidade prática, a conexão necessária entre os juízos morais e o estado mental motivador.

Para esta visão, as pessoas providas de uma personalidade racional bem desenvolvida necessariamente desejarão agir de acordo com suas crenças morais. Mas será que podemos realmente esperar que agentes racionais sempre desejem agir da forma que julgam ser a mais correta?

De acordo com Smith, “salvo vontades fracas, auto-engano, depressão, distúrbios psicológicos e coisas do tipo”³, o agente seguramente apresentará a conexão conceitual necessária entre o juízo moral e o estado mental motivador. Logo, se uma pessoa não sofre de nenhum dos problemas citados, nada mais normal do que ter o desejo de agir coerentemente em relação às suas crenças morais (SMITH, 1994 p.154).

Acredito que a falha de Smith está em argumentar que se um agente for perfeitamente racional, ele *necessariamente* irá desejar agir de acordo com suas crenças morais e que uma pessoa que não demonstra esta conexão seria moralmente irracional. Na realidade penso que não é isto que acontece. Muitas pessoas não desejam agir da forma que acreditam ser a mais correta e nem por isso estão sendo exatamente irracionais. Parece que a visão internalista de Smith não é capaz de explicar estes casos.

Nem sempre julgamos racional desejar fazer aquilo que acreditamos ter razão *moral* para fazer. Então por que Smith afirma que se um indivíduo não tem o desejo de agir conforme suas crenças morais lhe prescrevem, então este indivíduo é irracional? Sua resposta é que a irracionalidade em questão é uma incoerência

psicológica, pois ser maximamente racional é desejar agir coerentemente com o que se acredita ser moralmente correto.

Mas não há nenhuma garantia de que a mesma coerência obtida entre as crenças morais sob o processo de deliberação em condições epistemicamente ideais seja transportada para o conjunto de desejos. Sayre-McCord, por exemplo, nega a tese de que o conceito de coerência que normalmente aplicamos a conjuntos de crenças ou proposições pode ser aplicado da mesma forma a conjuntos de desejos. Para ele, embora pareça haver alguma similaridade entre a

³ Embora o termo “coisas do tipo” pareça um tanto vago, optei por conservá-lo da forma como o autor o empregou. (SMITH, 1994, p.154-5).

coerência de um conjunto de crenças e a coerência de um conjunto de desejos, esta relação não é simétrica (SAYRE-McCORD, 1997, p. 22).

Mesmo que um agente apresente um alto grau de coerência no seu conjunto de crenças e esta coerência possa ser refletida nas relações entre seus desejos; não há razões para considerarmos irracional alguém que não está motivado em agir de acordo com suas crenças no que é moralmente correto. É perfeitamente possível que as pessoas vivam de acordo com crenças incoerentes entre si e nem por isso deixem de ser racionais, ou seja, apenas a incoerência epistemológica não é suficiente para confirmar a irracionalidade de um agente.

c) O desafio amoralista

O desafio amoralista é um importante argumento que, segundo Brink, conta a favor da tese de que existem várias maneiras pelas quais as pessoas não se sentem motivadas a agir de acordo com suas convicções morais ou são completamente indiferentes ao reconhecimento destas convicções. Este argumento dissocia o conteúdo da moralidade de sua correspondente justificativa racional, tornando possível que o sujeito amoral seja concebido de forma que não sofra qualquer tipo de demanda prática da racionalidade (SMITH, 1994, p. 66). Desta maneira, saber se o amoralista é irracional não dependerá do conteúdo da moralidade em questão, mas da própria noção de racionalidade empregada pelo sujeito (Brink, 1989, p.51). Então, mesmo que o internalismo seja uma verdade conceitual sobre a moralidade, esta pessoa ainda poderá coerentemente se questionar se tal motivação é justificável do ponto de vista racional.

Brink defende que se a construção externalista não der certo em termos semânticos, ainda poderemos argumentar contra o internalismo de razões. Sendo assim, é possível que alguém identifique suas obrigações morais, mas se pergunte se estas obrigações fornecem boas razões para agir. Portanto, Brink sugere que nossa melhor opção seria rejeitar a tese de que as exigências morais necessariamente constituam boas razões para agir, mesmo que para Smith isto signifique uma ameaça à racionalidade como um todo.

Smith argumenta que o sujeito amoral não emite juízos morais legítimos. Mesmo que use palavras morais, ele não as usa no mesmo sentido que a linguagem moral comum. Em outras palavras, este

sujeito não emite juízos morais plenos. Segundo Smith, o amoralista seria como uma pessoa que nasceu cega. Ela pode até emitir juízos sobre cores por uma questão funcional (alguém pode contar-lhe que sua casa é verde, por exemplo), mas o conteúdo da palavra “verde” para ela não é o mesmo que para uma pessoa comum, pois o conceito de cor só é completo se contiver a experiência visual. Portanto, o cego não emite *realmente* juízos de cor.

Porém, a teoria de Smith não propõe uma teoria semântica das propriedades morais de natureza externalista. Logo, sob sua própria perspectiva, não há conteúdo moral externo que preencha os conceitos morais como na analogia das cores. Tais objeções reforçam minha intuição de que há um claro desprendimento entre a força motivacional de uma crença moral e sua racionalidade, ou seja, ser uma boa razão para agir. Mesmo que as exigências morais sejam conceitualmente motivadoras, elas podem não ser boas razões para agir dependendo do contexto em que são ponderadas.

Entretanto o desafio amoralista desloca o foco da discussão para o internalismo de razões e, na verdade, o escopo deste artigo não cobre o debate sobre as razões para agir, mas sim sobre razões explanatórias. Como afirmei no início, meu propósito aqui é apenas questionar se faz parte do significado dos juízos morais que eles sejam necessariamente motivadores, independentemente de serem boas razões para agir.

III) Internalismo testado empiricamente

Com a intenção de encontrar evidências que sustentem uma argumentação externalista, Nichols (2002) realizou uma pesquisa baseada num questionário oferecido a um grupo de estudantes de graduação, tendo em vista a captura das intuições de pessoas comuns e exteriores ao debate metaético. Roskies (2003), por sua vez, fundamentou-se em estudos sobre pacientes com danos no córtex frontal ventromedial (pacientes VM), uma área ligada à região de recepção de estímulos externos e produção de emoções, mas também relacionada à região responsável pela cognição linguística. Os pacientes VM (com personalidades normais antes do dano) geralmente desenvolvem conduta social anormal, acarretando conseqüências

personais negativas. Na literatura do caso descobrimos que danos nesta área podem causar problemas de iniciativa e motivação ou inércia comportamental, tomadas de decisões inadequadas e incapacidades de planejamento.

Embora existam importantes críticas ao internalismo no campo conceitual, vejo que uma boa maneira de contribuir para uma argumentação a favor do externalismo é a qualificação das evidências, já que elas ainda não são satisfatoriamente conclusivas. Para que tais pesquisas possam funcionar como testes empíricos contra o internalismo é preciso que as evidências sejam mais bem enquadradas em especificações semânticas e principalmente normativas.

Em qualquer caso empírico, a primeira questão metodológica sempre é saber se o juízo moral emitido pelo sujeito em observação é um juízo moral genuíno ou não. Então, como ponto de partida, o juízo moral em análise precisa satisfazer alguns critérios básicos como:

- a) O juízo moral emitido pelo sujeito precisa ser endossado por ele, ou seja, precisa ser em primeira pessoa.
- b) O sujeito precisa conhecer as distinções entre convenções sociais e normas morais.
- c) O sujeito não pode estar mentindo.

Primeiramente vejamos o caso dos psicopatas. Smith queria que a sua teoria não excedesse as platitudes mais comuns. No entanto, Nichols procurou mostrar que pessoas normais não estão inclinadas a considerar os juízos morais segundo a platitude internalista. Sua

pesquisa consistia em pedir aos estudantes que respondessem a seguinte questão:

John é um criminoso psicopata. Ele é um adulto dotado de inteligência normal, mas não apresenta reações moralmente emocionais ao ferir outras pessoas. John feriu e matou pessoas para roubar dinheiro. Ele diz que sabe que ferir e matar outras pessoas é errado, mas simplesmente não se importa com isso. Então, você acredita que John realmente compreende que ferir e matar outras pessoas é moralmente errado? (NICHOLS, 2002, p. 06)

85% responderam que o criminoso psicopata entende que suas ações são moralmente erradas, apesar da sua falta de motivação em

agir de acordo com este reconhecimento. Segundo Nichols, esta pesquisa indica de forma bastante plausível que as pessoas estão dispostas a considerar que indivíduos racionais podem reconhecer uma exigência moral sem ao mesmo tempo estarem motivados a agir de acordo, além de não demonstrar qualquer sentimento de culpa.

Entretanto, podemos encontrar uma grande variedade de estudos relacionados à psicopatologia onde se afirma que a capacidade de articulação racional e comunicativa destes pacientes é significativamente danificada. Blair (1995) mostrou que os psicopatas são insensíveis às diferenças entre as ações consideradas erradas tanto por razões convencionais quanto por razões morais. Esta distinção é um passo fundamental no desenvolvimento da competência lingüística dos termos morais e sua ausência compromete a legitimidade da emissão de juízos morais.

Similarmente, estudos realizados com depoimentos de psicopatas indicam a falta de compreensão de conceitos morais fundamentais (para exemplos, Cf. Hare, 1993). Os sujeitos observados apresentam déficits afetivos significativos de modo que as palavras referentes às emoções são destituídas de qualquer conteúdo (Hare, Williamson e Harpur, 1988). Os pesquisadores relatam a impressão de que, para estes indivíduos, os termos morais não exercem qualquer controle sobre o comportamento.

Além disso, é preciso lembrar que segundo a versão internalista de Smith, um agente moral deve demonstrar um conjunto

sistematicamente justificado de desejos. (1994, p. 158). Neste caso, os psicopatas estão muito longe dos agentes maximamente racionais, pois os psicopatas não são capazes de justificar juízos morais em função do bem estar dos envolvidos.

As condições lingüísticas e epistemológicas em que se encontram os psicopatas comprometem seriamente o emprego destes indivíduos como evidências a favor do externalismo. Portanto, vejamos agora o caso dos pacientes VM. Em sua análise, Roskies argumenta que estes indivíduos são a prova de que o conteúdo dos juízos morais é independente das estruturas neurais de atividade emocional responsáveis pela motivação, sendo estas apenas contingentemente conectadas ao sistema cognitivo. Logo, a crença moral e a motivação são itens dissociáveis (2003, p. 61).

Segundo Roskies, os pacientes VM possuem crenças morais e são capazes de emitir juízos morais exatamente como pessoas comuns. Entretanto, em situações hipotéticas “eticamente carregadas” estes pacientes não apresentam a correspondente motivação que supostamente acompanharia os juízos (ROSKIES, 2003, p.57).

Roskies defende a hipótese de que as áreas envolvidas na elaboração do juízo moral normalmente enviam o seu *output* para as áreas de caráter afetivo, resultando em motivos que, em alguma instância, causam a ação. O córtex ventromedial é justamente a área responsável pela conexão causal entre as regiões cognitiva e afetiva. Daí infere-se que os pacientes com danos nesta região cerebral apresentam dificuldades para cumprir procedimentos comuns de relacionamentos sociais. Não obstante, para que os pacientes VM sejam considerados contra-exemplos ao internalismo precisamos analisar se as disfunções sociais apresentadas pelos pacientes VM podem ser consideradas disfunções morais.

Os internalistas procuram desqualificar os pacientes VM como evidências e os enquadram no mesmo caso semântico do amoralista e do psicopata. Eles argumentam que os pacientes VM não possuem competência lingüística dos termos morais. Mas, diferentemente dos casos anteriores, nos pacientes VM as estruturas cerebrais responsáveis pela linguagem, memória e conhecimento estão intactas. Eles já tinham competência dos termos morais antes dos danos cerebrais e não há indícios que tenham perdido tal competência.

Portanto, a princípio, estes pacientes possuem suficiente competência lingüística dos termos morais.

Contudo, existem outras críticas que ainda desfavorecem os pacientes VM enquanto boas evidências contra o internalismo. Kennett & Fine (2008) apontam para alguns problemas relacionados ao juízo moral emitido pelos pacientes VM. Elas afirmam que somente juízos morais *in situ*⁴ e endossados pelo agente em primeira

⁴ Kennett & Fine propõem cinco tipos de dimensões de juízo moral (2008, p. 181):

1. Terceira pessoa: o que alguém deve fazer;
 2. Segunda pessoa: o que você deve fazer (conselho);
 3. Primeira pessoa: o que eu devo fazer;
 4. Juízo de poltrona: sobre situações hipotéticas ou sobre que tipos de princípios deveríamos adotar para governar nossas escolhas;
-

pessoa podem contar como verdadeiras versões de internalismo motivacional. Além disso, os estudos com os pacientes VM foram realizados por neurologistas, logo, não apresentam correlações específicas com questões filosóficas. Ainda que nos sejam úteis, as evidências não foram obtidas sob perspectivas determinadas por teorias normativas substanciais. Portanto as evidências em questão estão longe do ideal para determinar a falsidade do internalismo.

Outro fator agravante é que as situações em que os pacientes VM foram testados não são “eticamente carregadas” como afirma Roskies (2003, p. 57). Na minha visão, o teste do baralho de Iowa não é uma questão de moralidade, mas apenas de aprender qual maço de cartas é mais vantajoso. E as opiniões sobre as imagens de “caráter moral” são aleatórias. Os pacientes VM apenas foram requisitados a dizer o que sentem em relação às imagens, mas não há nenhum tipo de raciocínio moral explícito. Em outras palavras, não se declara quais são os princípios morais aos quais estas opiniões se remetem ou a teoria normativa substancial que subscreve os juízos morais emitidos pelos pacientes.

Para que as evidências sejam eficazes contra o internalismo é preciso que o teste inclua especificações substanciais em relação a doutrinas morais consequencialistas e não-consequencialistas endossadas pelos participantes do teste. Os juízos deontológicos e os juízos consequencialistas são manifestações de dois padrões psicológicos dissociáveis e constituem duas maneiras diferentes de pensamento moral. Por isso acredito que exercem funções no pensamento moral que também são dissociáveis, acarretando assim, resultados diferentes em possíveis testes empíricos.

Gostaria de mencionar como exemplo que, contrariamente à tradição filosófica, Greene procura mostrar que a deontologia é uma tentativa de produzir justificativas racionais para juízos morais emocionalmente dirigidos e não uma tentativa de atingir conclusões com base em raciocínios morais (2008, p. 39). Por outro lado, as teorias morais consequencialistas tendem a produzir juízos morais calculados com base em exercícios de racionalização moral. Dessa forma, é comum que as pessoas apresentem respostas muito diferentes a casos morais em diferentes contextos⁵. Neste caso, o teste com

5. *In situ*: o que deveria ser feito em circunstâncias reais.

⁵ Cf. casos *Footbridge e Trolley* (Thomson, 1986).

pacientes VM é inócuo, pois não sabemos se os juízos morais emitidos por eles são consequencialistas ou não. Caso fossem juízos morais de caráter deontológico acredito que teríamos uma probabilidade maior de refutar o internalismo, pois aqui a ação moral provavelmente dependeria da conexão entre as áreas cerebrais cognitiva e afetiva com maior intensidade do que na produção de juízos morais consequencialistas.

Mesmo que todas estas condições sejam satisfeitas ainda temos o problema de saber qual é a teoria semântica atribuída ao juízo moral sob análise na pesquisa. Percebi que ao longo do debate metaético sobre motivação moral, internalistas e externalistas estão dispostos a considerar que as concepções de juízo moral geradas por suas teorias são muito diferentes. Para os internalistas o juízo moral é resultado de um processamento *a priori* de informações, enquanto para os externalistas o juízo moral advém de interações causais com fatores extrínsecos à mente do falante. Estas diferenças são fundamentais para sabermos qual teoria semântica e normativa será atribuída aos juízos morais que serão testados na pesquisa. Portanto a ausência de especificações semânticas e normativas relativas aos testes empregados com pacientes VM me leva a concluir que o internalismo permanece ileso.

Referências bibliográficas

BLAIR, R.J.R. A cognitive developmental approach to morality: Investigating the psychopath. *Cognition*, 57 (1), p.1-29. 1995.

BRINK, David. *Moral realism and the foundations of ethics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

_____. *Moral motivation*. *Ethics*, v. 108, n.01, October, 1997: pp. 04-32.

COPP, David. Belief, Reason and Motivation: Michael Smith's The Moral Problem. *Ethics*, v. 108, n.01, October, 1997.

_____. & SOBEL, David. Against directions of fit. *Analysis*, v. 61, 2001.

GREENE, Joshua. The secret joke of Kant's soul In SINNOTT-ARMSTRONG, Walter (ed.) *Moral psychology, the neuroscience of morality: emotion, brain disorders e development*. vol. 3. Cambridge: MIT Press, 2008.

HARE, R.D. *Without conscience: The disturbing world of the psychopaths among us*. NY: Pocket Books, 1993.

HARE, R.D., WILLIAMSON, S.E., HARPUR, T.J. Psychopathy and language. In Moffitt e Mednick (eds.) *Biological contributions to crime causation*. Dordrecht, Netherlands: Martinus Nijhoff, 1988.

KENNETT, J & FINE, C. Internalism and the Evidence from Psychopaths and “Acquired Sociopaths”. In SINNOTT-ARMSTRONG, Walter (ed.) *Moral psychology, the neuroscience of morality: emotion, brain disorders e development*. vol. 3. Cambridge: MIT Press, 2008.

NICHOLS, Shaun. How psychopaths threaten moral rationalism or is it irrational to be amoral? *The Monist*, 85. 2002.

ROSKIES, Adina. Are ethical judgements intrinsically motivational? Lessons from acquired sociopathy. *Philosophical Psychology*, v.16. n.1. 2003.

_____. Internalism and the Evidence from Pathology. In SINNOTT-ARMSTRONG, Walter (ed.) *Moral psychology, the neuroscience of morality: emotion, brain disorders e development*. vol. 3. Cambridge: MIT Press, 2008.

SAYRE-McCORD, G. The metathical problem. *Ethics*, October 1997, 108: pp 55-83.

SMITH, Michael. The Truth about Internalism. In SINNOTT-ARMSTRONG, Walter (ed.) *Moral psychology, the neuroscience of morality: emotion, brain disorders e development*. vol. 3. Cambridge: MIT Press, 2008.

_____. *The moral problem*. Oxford: Blackwell, 1994.

_____. In Defense of *The Moral Problem*: A Reply to Brink, Copp and Sayre-McCord. In SMITH, Michael. *Ethics and the a priori*: selected essays on moral psychology and metaethics. Cambridge University Press, 2004.

THOMSON, J.J. *Rights, restitution and risk: Essays in moral theory* (Ed.) Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1986.

